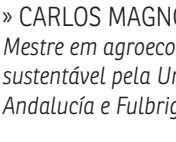


Produzindo alimentos saudáveis e esfriando o planeta



» PEDRO ZANETTI
Mestre em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e especialista em bioeconomia do Instituto Clima e Sociedade (ICS)



» CARLOS MAGNO MEDEIROS MORAIS
Mestre em agroecologia e desenvolvimento rural sustentável pela Universidad Internacional de Andalucía e Fulbrighter na Cornell University

O El Niño pode aumentar as temperaturas mundiais entre agosto e outubro de 2026 e levar quase 49 milhões de pessoas para a fome extrema até 2027, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). Embora seja um evento temporário e cíclico, que altera ventos, chuvas e temperaturas, ele se soma aos efeitos das mudanças climáticas. Nesse cenário, uma atividade merece destaque: a agricultura familiar. Ao mesmo tempo em que é cada vez mais ameaçada pela alteração do clima, é ela que garante boa parte da comida que chega à mesa dos brasileiros todo dia. Quando essa produção é afetada, há impactos sobre oferta, preços e acesso aos alimentos.

A agricultura familiar já é parte da solução porque constrói sistemas alimentares mais resilientes, sustentáveis e diversos, o que diminui riscos provocados por secas, geadas ou chuvas intensas; conserva recursos naturais (água, solo e biodiversidade); tem capacidade de reduzir emissões; e garante a segurança alimentar da população nas regiões distantes de grandes centros de

distribuição, pois, diferentemente da agricultura industrial, cada bioma tem suas especificidades e produz alimentos que levam poucas horas para serem transformados em comida na mesa, desde o açaí na Amazônia ao queijo de manteiga no sertão paraibano. O diferencial são a diversidade e os circuitos curtos de comercialização, com uma pegada de carbono muito mais baixa.

No Brasil, a agricultura familiar é um setor estratégico. Segundo dados do último Censo do IBGE, apesar de ocupar apenas um quarto das terras, ela é a ocupação de quase 70% da mão de obra no meio rural. Entretanto, o principal instrumento para seu financiamento, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), ainda precisa reduzir a burocratização do acesso ao crédito às famílias, o que tem gerado desigualdades históricas. Para se ter uma ideia, em três décadas, segundo levantamento de microdados do Banco Central (Bacen), 47% dos recursos do Pronaf foram destinados à pecuária e à soja no Brasil — só na Amazônia, cerca de 85% das operações foram destinadas à pecuária, mostrando uma concentração ainda maior —, enquanto cadeias da sociobiodiversidade, como açaí, umbu, castanha e cacau nativo, continuam com acesso restrito ao crédito, apesar de seu potencial de gerar renda e resiliência às mudanças climáticas, conservar biomas e diversificar a produção.

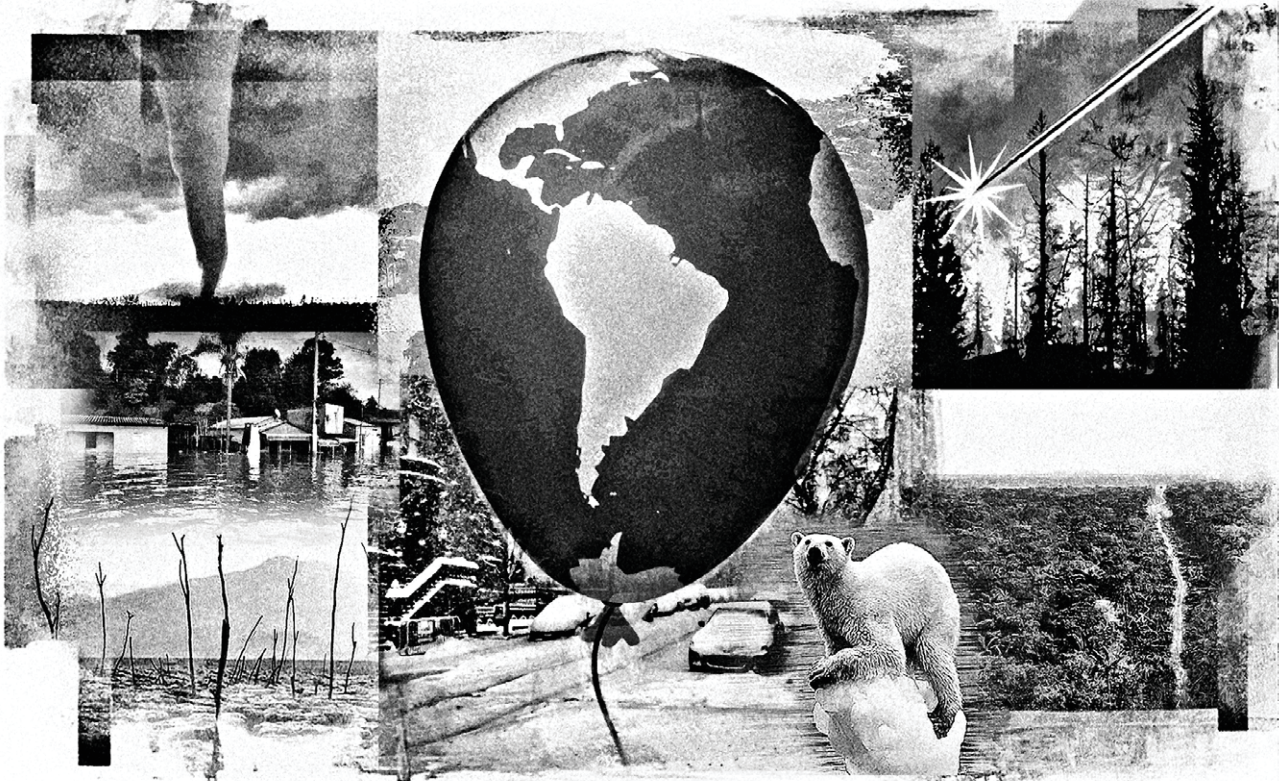
É urgente, portanto, a aplicação da reforma agrária prevista na Constituição Federal, que permite desapropriar imóveis rurais que não cumprem sua função social, o que destrava terras improdutivas para a produção de alimentos. É preciso ainda ampliar a validade do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), hoje limitada a dois anos, e a rede de organizações emissoras, fundamental para o acesso de povos tradicionais, extrativistas e agricultores familiares às políticas de

financiamento — uma das principais sugestões da campanha +Sociobio no Pronaf, liderada pelo Observatório das Economias da Sociobiodiversidade (Osociobio) e coordenada tecnicamente pela Conexsus. Hoje, cerca de 40% das famílias agricultoras ainda não têm CAF ativo, conforme nota técnica do Osociobio, fato que as impede de acessar o Pronaf e outras políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O cenário dos eventos extremos está exigindo cada vez mais adaptação e resiliência dos agricultores familiares, que são essenciais para o país e têm grande potencial de contribuir com a segurança alimentar e a saúde dos brasileiros, se acessarem o crédito agrícola. No Semiárido, por exemplo, a agricultura familiar já vem promovendo resiliência climática há décadas. As famílias criaram estratégias para conviver com o ambiente de escassez de água, secas recorrentes e alta variabilidade das chuvas, por meio de captação de água da chuva, bancos comunitários de sementes e sistemas agroecológicos.

Fortalecer a agricultura familiar significa, assim, aumentar a capacidade de adaptação dos territórios rurais, proteger a produção de alimentos, conservar ecossistemas e promover práticas agrícolas que contribuem para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e para garantir o abastecimento da população. Por isso, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) consideram a agricultura familiar um ator central no enfrentamento da crise climática. Cabe aos governantes terem a clareza de que as mudanças climáticas afetam em cheio a segurança alimentar e a transição ecológica de seus países, e o Brasil não está fora dessa equação.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Rota bioceânica e vocação estratégica de Brasília



» SÉRGIO E. MOREIRA LIMA
Embaixador na Austrália (2019-2021)

Brasília é o maior projeto estratégico do país no século 20. Sua construção não foi apenas a transferência da capital para o interior. Representou a decisão de Estado de transformar a geografia econômica e política do Brasil, integrar seu território, estimular a interiorização do desenvolvimento e projetar uma visão de futuro nacional. No século 21, a natureza da integração está mudando. A competitividade das nações depende cada vez mais da capacidade de produzir conhecimento, dominar tecnologias, processar dados e participar de novas redes digitais.

É nesse contexto que a Rota Bioceânica de Capricórnio pode adquirir significado estratégico semelhante, em uma escala sul-americana. Mais do que um corredor destinado a aproximar o Atlântico e o Pacífico, ela pode representar plataforma de integração, econômica, tecnológica e digital, conectando territórios, mercados, cadeias produtivas e centros de conhecimento.

A criação da IIRSA, na Cúpula de Presidentes, em 2000, conferiu a Brasília papel central na formulação da infraestrutura da América do Sul, região que ainda carece de estratégia digital unificada. O Corredor Logístico representa oportunidade de refletir sobre essa lacuna a partir dos compromissos do Consenso de Brasília (2023). Como superar a assimetria regulatória regional e aproximar a Lei de Proteção de Dados de 2018 à legislação de outros países vizinhos? Como conciliar

diferentes níveis de maturidade jurídica, convergir interesses e reduzir vulnerabilidades? A região exporta dados brutos e talentos científicos, e importa soluções de inteligência artificial (IA) e serviços de nuvem de alto valor agregado, que aprofundam a dependência econômica e tecnológica. O ecossistema digital global está sendo moldado. Suas implicações estratégicas e geopolíticas demandam escrutínio e juízo crítico. Esse exercício pressupõe amplo debate interno, articulação regional e multilateral. Na economia moderna, a soberania deixa de ser apenas domínio sobre o território para tornar-se capacidade de orientar conhecimento e inovação, contribuindo para a construção da ordem. Cabos de fibra ótica, centros de processamento de dados e IA determinam a competitividade das nações.

O Plano Mestre da Rota identifica a conectividade digital como um dos pilares de integração regional. O objetivo não é só reduzir tempo e custos de transporte, mas criar condições para a inovação e produção integrada. Brasília pode mitigar gargalos digitais da rota em várias frentes com vistas à interconexão de sistemas aduaneiros, planejamento da expansão da conectividade, articulação de parceiros internacionais para superar emergências na fronteira e garantir segurança cibernética.

A conclusão da Rota, em 2027, mostra o interesse regional no êxito da iniciativa e a vitória do pragmatismo sobre a sintonia ideológica entre governos. Brasília consolidou-se como centro da administração pública. O desafio agora é ampliar essa vocação e tornar-se polo de inteligência estratégica e governança digital. Essa nova missão pressupõe visão de sustentabilidade compatível com a singularidade da capital federal.

Patrimônio Cultural da Humanidade, Brasília ocupa, também, posição geográfica crítica no Cerrado, bioma de relevância para a biodiversidade e

a segurança hídrica nacional. A proteção de seus recursos naturais, nascentes e ecossistemas deve integrar qualquer estratégia de desenvolvimento, inclusive as associadas à expansão da infraestrutura digital. A Rota pode transformar Brasília no cérebro logístico e de inteligência de dados, mas igualmente num vetor de sustentabilidade global a partir de um dos maiores corredores comerciais do planeta ligados ao Indo-Pacífico por meio de estrada física, infovia e cabos submarinos até Austrália e Ásia.

A integração promovida pela Rota Bioceânica implica sistemas aduaneiros interoperáveis, certificação eletrônica de documentos, rastreabilidade logística, proteção de dados e aplicação de IA à gestão do comércio internacional. Essas funções dependem menos de infraestrutura física do que de capacidades digitais avançadas. Brasília deve converter-se na plataforma regional de serviços digitais voltados à integração sul-americana e à segurança cibernética. A economia digital reduz assimetrias históricas. Ao contrário da industrial clássica, dependente da geografia e de recursos naturais, a economia do conhecimento valoriza capital humano, inovação e conectividade. Regiões tradicionalmente periféricas integram-se a cadeias globais de valor por meio de serviços digitais.

Essa mudança apresenta dimensão geopolítica. No mundo da competição estratégica entre grandes potências, a soberania depende do controle do território, mas também da capacidade de produzir conhecimento e proteger infraestruturas digitais críticas. A integração física promovida pela Rota e a integração digital liderada por Brasília constituem faces complementares da mesma estratégia nacional de desenvolvimento, que aproxima o Mercosul de seu principal mercado no Indo-Pacífico com vistas à nova economia do século 21.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

O indivíduo é o Estado de si próprio

“O socialismo não defende o povo; ele defende o Estado contra o povo. Ele destrói a menor minoria que existe na Terra: o indivíduo.” A frase, atribuída à filósofa Ayn Rand, (1905-1982), soa para muitos como retórica de guerra fria ou um exagero panfletário de outra época. Mas basta atravessar o mapa-múndi e percorrer o calendário do último século para perceber que ela não é uma metáfora sem sentido prático, é relatório cru do que viu e viveu na carne, em seu tempo. De fato, onde quer que o socialismo tenha sido implantado como projeto de Estado, e não apenas discutido como ideia em livros e seminários, o resultado foi repetido de forma quase monótona, comum a regularidade quase mecânica, a confirmar tudo de maneira fria: o indivíduo deixou de ser fim em si mesmo e passou a ser meio para um objetivo coletivo definido por outros e indefinido para o indivíduo. E, como todo meio, dentro dessa fórmula maligna, pôde ser sacrificado sempre que o objetivo assim o exigir.

Nenhum experimento ilustra melhor a tese de Rand do que a própria União Soviética, onde viveu parte de sua vida. O bolchevismo prometeu libertar o operário e o camponês da exploração. Em vez disso, entregou um aparato estatal monstruoso, que decidia o que cada família podia comer, plantar, dizer e pensar. A coletivização forçada da agricultura ucraniana, entre 1932 e 1933, provocou o Holodomor, fome artificial que matou milhões de pessoas justamente porque camponeses individuais resistiram a entregar suas terras e sua produção ao Estado. O sistema de campos de trabalho forçado, o Gulag, tornou-se o símbolo mais duradouro dessa lógica, em que dissidentes, escritores, camponeses relutantes e até militantes do próprio partido que ousaram, em algum momento, divergir e acabaram triturados por um Estado que se apresentava como guardião coletivo do povo, mas que, na prática, perseguiu qualquer indivíduo que se recusasse a se dissolver na massa ou no formigueiro.

Também na China maoísta, que seguiu a mesma fórmula, o indivíduo restou como estatística e só isso. O Grande Salto Adiante, lançado por Mao Tsé-Tung, em 1958, é talvez o exemplo mais brutal de como o coletivismo trata a pessoa como número descartável. Ao perseguir metas industriais irrealistas fixadas centralmente, o regime provocou uma fome que, segundo estimativas históricas, matou entre 30 e 45 milhões de chineses. Famílias inteiras foram desestruturadas, celeiros pessoais requisitados, ferramentas de cozinha fundidas para cumprir cotas de aço. Uma década depois, a Revolução Cultural transformou vizinhos em delatores e filhos em acusadores dos próprios pais, tudo em nome da pureza ideológica do coletivo contra o chamado indivíduo “burguês”, “desviante” ou simplesmente diferente.

Noutro tempo e lugar a receita se repetiu.

Sob o Khmer Vermelho, entre 1975 e 1979, o projeto de apagamento do indivíduo atingiu talvez seu ápice histórico e sádico. Cidades foram esvaziadas à força, famílias separadas, o próprio conceito de propriedade privada e de vida pessoal foi declarado inimigo da revolução. Usar óculos, falar outro idioma ou simplesmente ter estudado eram, aos olhos do regime, provas de individualismo perigoso. Estima-se que cerca de um quarto da população cambojana tenha morrido em quatro anos, não por acidente, mas como consequência direta de um projeto que via a pessoa concreta e individual como obstáculo ao homem novo coletivo.

Em Cuba, o racionamento estatal de alimentos, a proibição histórica de pequenos negócios privados e o controle sobre a saída do país transformaram a autonomia pessoal em privilégio concedido pelo partido, não em direito do cidadão. Na Alemanha Oriental, a Stasi chegou a manter um em cada 60 cidadãos como informante, criando uma rede gigantesca de vigilância que fez da vida privada, que era talvez o último refúgio do indivíduo, num espaço monitorado dia e noite pelo Estado onipresente.

Na Coreia do Norte, o sistema songbun classifica formalmente cada pessoa, por herança familiar, em categorias de lealdade ao regime, determinando emprego, moradia e acesso a alimentos: o indivíduo não nasce livre, nasce classificado pelo Estado e seu futuro cabe apenas nessa categoria.

Mais perto de nós, a Venezuela oferece um exemplo contemporâneo desse mesmo padrão. O controle de câmbio, o confisco e a estatização de empresas privadas, o controle de preços e a perseguição a opositores políticos desidrataram a economia e a sociedade civil venezuelanas. Milhões de venezuelanos deixaram o país, criando a maior crise migratória da história recente da América Latina e talvez do mundo moderno. Foram todos não apenas em busca de riqueza, mas em busca do direito básico de decidir sobre a própria vida, algo que o Estado bolivariano, em nome do “povo” e do “socialismo do século 21”, foi progressivamente esvaziando.

O que une a Ucrânia de Stálin, a China de Mao, o Camboja de Pol Pot, a Alemanha Oriental, Cuba e a Venezuela não é a geografia, nem a cultura, nem sequer a intenção declarada de seus líderes, muitos dos quais, sinceramente ou não, diziam agir em nome do povo. O que os une é a estrutura. Ou seja, quando o Estado assume o poder de planejar centralmente a vida econômica e social, ele necessariamente precisa de autoridade para anular escolhas individuais que contrariam o plano.

A frase que foi pronunciada:

“Um sistema comunista pode ser reconhecido pelo fato de poupar os criminosos e criminalizar o opositor político.”

Alexander Soltschenizyn

História de Brasília

Foi aí que a reunião transformou-se numa solenidade, usando da palavra o advogado da defesa Newton Antunes, e, a seguir, o promotor Sebastião Barbosa. Foi uma solenidade de grande civismo. (Publicada em 25.05.1962)